

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.758 - PA (2019/0076622-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MANOEL GONÇALVES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : ANA CARLA CUNHA DA CUNHA - PA007485
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MANOEL GONÇALVES DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará proferido no *Habeas Corpus* n.º 0809676-45.2018.8.14.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 12/08/2017, por ter sido surpreendido, juntamente com outros corréus, na posse de "130 (cento e trinta) Kgs de substâncias entorpecentes (maconha e cocaína)" (fl. 78). A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Encerrada a instrução, o Réu foi condenado, como incurso nos arts. 33, *caput* e 35, c.c. o art. 40, inciso V, todos da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 12 (doze) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 1.733 (mil setecentos e trinta e três) dias-multa, em regime fechado. Na ocasião, foi-lhe negado o apelo em liberdade (fls. 195-235).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, cuja ordem foi denegada (fls. 263-275).

A Defesa alega, em suma, que a vedação ao direito de recorrer em liberdade é carente de fundamentação e se deu com base exclusivamente na gravidade abstrata do delito, sem demonstração da necessidade da manutenção da cautelar no caso concreto.

Aduz que o Recorrente possui condições pessoais favoráveis.

Afirma que a "[...] as matérias suscitadas dizem respeito a relevantes pontos, tais como: a possibilidade real de decretação da nulidade do feito desde o início, pela prática de tortura, atestada no Exame de Corpo de Delito anexo, realizado à data da prisão, bem como pela considerável redução da pena, seja em razão da necessária desclassificação do delito de organização criminosa, seja pelo reconhecimento da INOCÊNCIA do Recorrente (ausência de DOLO) ou, ainda, pelo reconhecimento das atenuantes suscitadas no Recurso de Apelação, que, em tese, poderá ter consequências

no 'quantum' da pena e no 'Regime' inicial de cumprimento de pena" (fl. 287).

Sustenta excesso de prazo na formação da culpa, bem como a necessidade de conversão da custódia preventiva em prisão domiciliar, em razão do debilitado estado de saúde do Recorrente.

Defende, por fim, o desmembramento do feito, tendo em vista o direito de tramitação prioritária do feito.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva. Subsidiariamente, pleiteia a conversão da prisão cautelar em domiciliar.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que se consignou no acórdão recorrido (fls. 267-268; sem grifos no original):

"[...]

Inicialmente reconheço presentes os requisitos de admissibilidade da presente ação mandamental, conseqüentemente, passo a apreciação do pedido.

No que tange à alegação de ilegalidade por inexistência de motivos para segregação cautelar entendo que a mesma não pode prosperar, pois a douta magistrada a quo fundamentou sua decisão na garantia da ordem pública e na aplicação da lei penal, pois entendeu presentes fumus boni juris e o periculum in mora, haja vista a gravidade concreta do delito, bem como a quantidade de entorpecente apreendida (centro e trinta quilos de maconha e cocaína), o que denota que o paciente possui a atividade de tráfico de drogas como meio de sua subsistência.

Dessa forma, aliando-se a presença de diante do exame acurado do decreto preventivo e circunstâncias autorizadoras da medida conforme determina o artigo 312 do CPP, entendo que estão presentes os motivos para a manutenção da prisão preventiva do paciente. Nessa linha transcrevo julgado desta E. Seção de Direito Penal, in verbis:

"[...]

Ademais, conforme informações da autoridade impetrada, o paciente encontra-se foragido desde 13.12.2017, em claro indício de que procura se furtar às penas da lei, mostrando-se preenchido requisito do art. 312 do Código de Processo Penal para a subsistência da medida."

No caso, em juízo de cognição sumária, o decreto prisional (fls. 327-328), mantido pela sentença condenatória, encontra fundamento na garantia da ordem pública, evidenciada **pela gravidade concreta da conduta** – demonstrada pela grande quantidade de drogas apreendidas (130kg de maconha e cocaína).

É entendimento desta Corte Superior que "[a] *expressiva quantidade, a variedade e a natureza deletéria das drogas apreendidas na posse e/ou residências dos acusados, bem como a razoável quantia em dinheiro e outros petrechos comumente utilizados no manuseio dos entorpecentes, também evidenciam a gravidade dos diversos crimes que se busca apurar e principalmente a periculosidade em concreto do investigado, predcados idôneos a rechaçar a alvitada liberdade provisória*" (HC 441.712/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 12/03/2019).

Ademais, conforme consignado pela Corte de origem, o Recorrente "*encontra-se foragido desde 13.12.2017, em claro indício de que procura se furtar às penas da lei*" (fl. 268). Dessa forma, é devida a custódia cautelar para assegurar a aplicação da lei penal.

No mais, a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre, em primeira análise, na hipótese em tela. Sobre a questão: RHC 94.056/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018 e HC 454.865/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 14/08/2018.

Por fim, no tocante ao excesso de prazo na formação da culpa, da necessidade de conversão da custódia preventiva em prisão domiciliar e do desmembramento do feito, observa-se que não houve manifestação do Tribunal *a quo* sobre as controvérsias deduzidas, de modo que a análise originária do tema por esta Corte, em princípio, acarretaria indevida supressão de instância.

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente

juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que também deverá informar a senha para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

